

INAUGURAÇÃO DO CENTRO DE PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS DE SÃO JORGE

Calheta, 25 de junho de 2014

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

A adequada gestão dos resíduos constitui, sem sombra de dúvida, um grande desafio ambiental, mas também um desafio social e económico, dado que a maioria do desempenho ambiental que possibilita está conjugada intimamente com o crescimento da riqueza e com o crescimento do emprego; a chamada ‘economia verde’.

A Estratégia Europa 20-20 destaca a necessidade de um crescimento sustentável, assente numa economia hipocarbónica e eficiente em termos de recursos, no pressuposto de que a sustentabilidade é condição intrínseca e essencial para a solidez de qualquer economia.

Esta infraestrutura que hoje inauguramos aqui na ilha de S. Jorge é um exemplo da concretização dessa estratégia, já que vai permitir minimizar os impactos ambientais dos resíduos gerados nesta ilha, aproveitar o seu valor económico e criar ainda seis postos de trabalho diretos e permanentes.

A gestão integrada dos resíduos constitui, pois, um dos eixos fundamentais da estratégia de desenvolvimento sustentável da Região, bem como das políticas públicas de ambiente que temos vindo a implementar, tendo o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores como elemento enquadrador.

Este plano assenta numa política de gestão de resíduos com objetivos de racionalidade, eficácia e sustentabilidade financeira, associados a um esforço de equidade social e de reconhecimento das especificidades insulares.

Para recuperar o valor dos resíduos, foram executados ou estão em curso em todas as ilhas dos Açores investimentos que dotam a Região de soluções tecnológicas de gestão de resíduos eficazes e adequadas, nomeadamente de triagem com vista à reciclagem e de valorização por compostagem.

Foi nesse seguimento que o Governo dos Açores promoveu a conceção de infraestruturas em sete das nove ilhas, concretamente nas menos populosas, num investimento global superior a 40 milhões de euros.

Neste conjunto está incluído este Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge, representando, apenas este, um investimento de mais de seis milhões de euros.

Esta unidade está dotada de várias valências: um ecocentro, onde são depositados seletivamente os resíduos recolhidos na ilha e onde também serão triados os resíduos valorizáveis que se encontram nos resíduos indiferenciados; um centro de valorização orgânica por compostagem, para a transformação dos resíduos orgânicos em composto,

passando a constituir um recurso ao serviço da agricultura ou da jardinagem; e uma estação de transferência com vista ao encaminhamento dos resíduos não recicláveis para o destino final adequado, seja a valorização energética, seja a sua eliminação.

É extremamente importante, e daí deriva a importância desta estratégia e destas medidas concretizadas pelo Governo dos Açores, que, enquanto Região insular e ultraperiférica, detenhamos uma solução de destino final para aqueles resíduos que têm necessariamente que ser eliminados.

Uma solução adequada à nossa realidade, que acautele as respetivas fragilidades em respeito pelo quadro legal vigente e pelas metas definidas.

A deposição em aterro não podia ser a solução por manifesta incompatibilidade com a qualidade do ambiente e de vida que queremos construir e preservar nos Açores.

Apesar do importante passo que hoje damos e porque, especificamente no domínio da gestão dos resíduos, nos devemos pautar numa primeira linha pela prevenção e redução da sua produção e, em segundo lugar, pela operacionalização dos processos tecnológicos destinados à recolha, ao tratamento, à valorização e eliminação de resíduos, é fundamental afirmar um conceito de responsabilidade partilhada pela exigência de forte desempenho coletivo na aplicação com sucesso das políticas públicas.

Temos também a consciência que lidamos com uma matéria delicada e, por vezes, alvo fácil de agitação ou de polémica, o que requer uma constante informação e consciencialização cívica e ambiental.

O comprometimento de todas as partes envolvidas deve ser pleno e total, do poder público, regional e autárquico, da iniciativa privada, como é o caso do consórcio concessionário desta infraestrutura com quem hoje vamos assinar o respetivo contrato, e da sociedade, compreendendo aqui a generalidade dos cidadãos.

Cada um deve assumir o seu papel para que as soluções, desde práticas de consumo mais sustentáveis, seleção de resíduos, logística e sistemas de recolha, reaproveitamento e reciclagem, valorização energética ou eliminação, sejam eficazes.

Aproveito, por isso, para lançar um repto aos municípios de S. Jorge para que adaptem os respetivos sistemas de recolha a esta nova realidade, como acredito que é a sua intenção, promovendo a integração da recolha seletiva e indiferenciada e a eventual partilha de equipamentos e serviços, desenvolvendo economias de escala e acréscimo de valor nos sistemas em baixa.

E reafirmo a disponibilidade do Governo para apoiar as câmaras municipais neste processo, designadamente no incremento da sensibilização e da informação aos cidadãos.

Ao promovermos a gestão adequada dos resíduos, apostando fortemente na recuperação do seu valor, estamos também aqui nos Açores a contribuir para as metas europeias de valorização.

Este é, aliás, o caminho que fará com que em 2020 estimemos alcançar a meta de 50 por cento na preparação para a reutilização e a reciclagem dos resíduos urbanos, incluindo papel, cartão, plástico, vidro, metal, madeira e resíduos biodegradáveis. Aliás, no último ano, a Região atingiu já uma percentagem de cerca de 22 por cento.

A entrada em funcionamento dos Centros de Processamento de Resíduos das Flores e da Graciosa permitiram aos respetivos operadores liderarem em 2013 as retomas ‘per capita’ de resíduos e embalagens da Sociedade Ponto Verde, à frente de todos os sistemas do continente e da Região Autónoma da Madeira.

Merece também destaque o facto de os Centros de Processamento de Resíduos das Flores e da Graciosa encaminharem para valorização mais de 80 por cento dos resíduos recebidos.

É neste quadro de reafirmação da importância estratégica da ação pública neste domínio que o Governo está a rever o PEGRA, promovendo a avaliação e revisão das estratégias preconizadas face ao desenvolvimento que se perspectiva para o setor, apostando, fruto também desta nova realidade que resulta da entrada em funcionamento destes centros de processamento de resíduos, na prevenção da produção de resíduos, incorporando um programa pelo que passará a designar-se e a incluir na sua designação essa componente da prevenção.

Por outro lado, e porque temos a consciência que não é apenas com a construção dos Centros de Processamento de Resíduos que esta tarefa fica concluída, mas sim que este constitui apenas um passo neste processo, avançamos também para os processos de selagem e requalificação dos aterros e lixeiras das ilhas do Corvo, Flores, Graciosa, São Jorge, Faial e Santa Maria, com um encargo global da ordem dos cinco milhões de euros, resolvendo dessa forma um dos mais graves desafios ambientais existentes no nosso território.

Estamos perante uma matéria de extrema importância para os Açores e esta ambição de transformação da política regional de gestão de resíduos, estou certo, fará dos Açores uma região de referência nos contextos nacional e europeu.

Para isso, contamos com a colaboração de todos, certos de que é o esforço coletivo de todos que nos permitirá alcançar estas metas.

Parabéns, pois, à ilha de S. Jorge, às autarquias da ilha de S. Jorge, também, por mais este passo para trazer, também neste domínio, S. Jorge para uma posição de referência no panorama regional.

Muito obrigado.